

Os trabalhos reunidos neste número de nossa Divulgação constituem mais uma contribuição do CEBES para a linha de estudos sobre formulação e avaliação de políticas de recursos humanos em saúde. Constituem, igualmente, mais um comprovante dos bons resultados alcançados pela Rede Observatório de Recursos Humanos, iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que completou dez anos de existência em 2009 e que tem contado, durante esse longo período, com o ininterrupto apoio financeiro e técnico do Ministério da Saúde.

Tema fundamental nas origens do pensamento crítico do Movimento Sanitário, a questão de recursos humanos foi tratada, de forma pioneira e com notável argúcia sociológica, por Cecília Donnangelo. Foram seus estudos e levantamentos que fizeram avançar nosso conhecimento sobre as formas de inserção e de organização dos médicos no mercado de trabalho, sempre tomados em correlação com as políticas de saúde vigentes. Cecília continua a ser a grande inspiradora para muitos daqueles que posteriormente vieram a se dedicar à investigação dessa temática.

Ao longo da década de 1970, a teoria sobre o trabalho médico e a descrição da situação e das tendências do mercado de trabalho médico eram as principais preocupações dos estudiosos dessa área. Com suas condições sociais e econômicas peculiares de trabalho, o médico obtinha destaque prioritário como objeto de preocupação. Essa era a época em que se falava de medicina social, e não ainda da saúde coletiva.

O que mudou desde então? Mudou tudo o que foi obrigado a responder às demandas criadas pelo novo

contexto das políticas de saúde e de nosso desenvolvimento econômico-social. Em primeiro lugar, surgiu um novo marco institucional das políticas de saúde, cujo nome é conhecido de toda a população: o SUS. Qualquer discussão dos recursos humanos em saúde deve agora levar necessariamente em conta a existência do SUS, que é um indutor potente da demanda e da oferta de trabalhadores de saúde para uma parte expressiva do mercado de trabalho, tanto pelo lado público quanto pelo privado. Com isso, o médico deixa de ser o único personagem das pesquisas. De fato, o enfermeiro, o odontólogo, os farmacêuticos e os técnicos de saúde passam a ser acompanhados por estudos que se centram tanto no aspecto de formação quanto no de inserção no mercado de trabalho.

Simultaneamente, emerge a questão da avaliação da situação e tendência do universo dos que trabalham em saúde, mais precisamente da força de trabalho em saúde. Ganham importância estudos que enfocam algumas dimensões específicas dessa força de trabalho, como, por exemplo, a dimensão demográfica (sexo e idade), a geográfica (distribuição no território nacional e, sobretudo, nos municípios), a educacional (nível de escolaridade e capacitação específica), a trabalhista (as tendências sindicais e a precarização do trabalho) e a econômica (salários e contribuições previdenciárias). Não por acaso, a questão dos recursos humanos ganhou fama ao ser comumente considerada o “nó górdio” da gestão do SUS.

Paralelamente, persiste a necessidade de que os investigadores da área estejam atentos a como se comportam as novas e antigas formas de organização corporativa

dos profissionais e as disputas que estabelecem entre si em torno das prerrogativas para o exercício de funções e ocupação de nichos do mercado de trabalho.

Por sua vez, a dimensão internacional foi agregada recentemente, devido à formação do MERCOSUL e ao surgimento dos fluxos migratórios de trabalhadores, que suscitam a questão de registro e controle do exercício profissional. Como é sabido, a formulação de procedimentos reguladores do exercício profissional vem requerendo que se juntem, em busca de consenso, as autoridades dos ministérios da saúde dos países do MERCOSUL e os representantes de entidades de autor-

regulação corporativa das inúmeras categorias envolvidas na constituição desse espaço internacional do mercado de trabalho em saúde.

Muitos desses temas mencionados são tratados com pertinência e competência por diferentes pesquisadores neste número de Divulgação.

Portanto, o CEBES se sente satisfeito em continuar a DESTACAR tal objeto de investigação, os problemas de recursos humanos em saúde, e considera que devem ser tomados como referência decisiva para a atualização da agenda estratégica da Reforma Sanitária.

A DIRETORIA NACIONAL DO CEBES